

**DINÂMICAS DO ESPAÇO RURAL MOÇAMBICANO: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS, ENTRE 1980 E 2017**

**DYNAMICS OF THE MOZAMBIQUE RURAL SPACE: AN ANALYSIS OF THE
COVERAGE OF SOCIAL SERVICES BETWEEN 1980 AND 2017**

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Pesquisador do Núcleo de Estudos Sócioterritoriais (NES) do Departamento de Geografia da Universidade
Eduardo Mondlane, Moçambique

elmermats@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-5586-3554>

RESUMO

Em 2025 Moçambique alcança 50 anos após a Proclamação da Independência Nacional. O período colonial foi marcado por políticas públicas discriminatórias, principalmente na base da cor da pele. O alcance da independência nacional significava, para a maioria dos moçambicanos, uma oportunidade de melhoria das condições de vida. O povo moçambicano herdou uma situação social precária, com baixos níveis de cobertura dos serviços de abastecimento de água potável e eletricidade e de saneamento do meio, principalmente para os espaços rurais que haviam recebido insignificantes investimentos de equipamentos e serviços sociais básicos. O artigo tem o objetivo analisar os avanços alcançados desde a Proclamação da Independência, tendo como base os seguintes indicadores: (i) abastecimento de água; (ii) fornecimento de energia elétrica e (iii) saneamento do meio. Também se incluiu, na análise, os materiais de construção recorridos pelas famílias para a construção da habitação. Para o alcance dos objetivos foram analisados os dados dos censos de 1980 (o 1º censo do país independente) e o último censo realizado em 2017. Os resultados mostram que o país herdou uma situação de precariedade no acesso e cobertura dos serviços sociais básicos. Apesar dos avanços alcançados em 2017, constata-se que ainda se encontram muito abaixo das necessidades das famílias rurais. O estudo igualmente mostra as assimetrias regionais, com o Sul bem-posicionado que as restantes regiões.

Palavras-chave: Rural. Serviços sociais. Distribuição da população. Moçambique.

ABSTRACT

In 2025 Mozambique reaches 50 years after the Proclamation of National Independence. The colonial period was marked by discriminatory public policies, mainly based on skin color. The achievement of national independence meant, for the majority of Mozambicans, an opportunity to improve living conditions. The Mozambican people inherited a precarious social situation, with low levels of coverage of drinking water and electricity supply and environmental sanitation services, mainly in rural areas that had received insignificant investments in basic social equipment and services. The article aims to analyze the advances achieved since the Proclamation of Independence, based on the following indicators: (i) water supply; (ii) supply of electrical energy and (iii) environmental sanitation. The analysis also included the construction materials used by families to build housing. To achieve the objectives, data from the 1980 census (the 1st census of the independent country) and the last census carried out in 2017 were analyzed. The results show that the country inherited a situation of precarious access and coverage of basic social services. Despite the advances achieved in 2017, it appears that they are still far below the needs of rural families. The study also shows regional asymmetries, with the South better positioned than the other regions.

Keywords: Rural. Social services. Population distribution. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Em 2025 Moçambique alcança 50 anos de Independência Nacional. O período de colonização foi marcado pela implementação de políticas públicas discriminatórias (como o imposto de palhota, o Regulamento de Trabalho Indígena e o ofício que regulamentava o Licenciamento da Atividade Comercial) e, (r)estruturado para atender aos interesses de Portugal¹.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, movimentos nacionalistas começaram a proliferar no mundo, pressionando por processos de independência. Portugal inicia algumas alterações na forma de administração das colônias, incentivando o repovoamento do território nacional e introduzindo algumas medidas de inclusão dos “indígenas”, apesar de serem muito tímidas (Melo, 2013; Oppenheimer e Raposo, 2002). Um dos principais propósitos dessas ações era mostrar que as suas colônias eram parte de Portugal, ou seja, províncias ultramarinas.

O processo de administração do território nacional foi responsável por criar, no mínimo, duas realidades distintas. Sendo uma a urbana, refletida no modelo de urbanização ocidental, onde estava concentrada a população privilegiada, com acesso às infraestruturas sociais necessárias e importantes. A segunda, que é o espaço rural, foi organizada para atender aos interesses da Metrópole, forçando os nativos a trabalharem em culturas obrigatórias. Este espaço era dominado pela população nativa e com poucas infraestruturas sociais que pudessem garantir a qualidade de vida mínima (Araújo, 1988; 1998; Almeida Serra, 1991; Mosca, 2005). É importante referenciar que estas duas realidades são generalizações grosseiras, pois em cada um desses espaços existiam desigualdades significativas. Nos espaços urbanos existiam, no mínimo, duas realidades diferentes (o cimento e o caniço), materializadas nas formas de organização e produção do espaço urbano, trabalhadas por Araújo (2003). Nos espaços rurais, os trabalhos de Araújo (1988; 1998), Almeida Serra (1991) e Mosca (2005) também demonstram realidades diferentes, sendo uma ocupada pela população privilegiada (que eram os espaços de administração, comandados por um representante colonial) e a outra eram os espaços de produção agrícola, principalmente das culturas obrigatórias, com uma concentração da população nativa.

A tese de doutoramento de Araújo (1988) mostra que o alcance da intendência trouxe desafios enormes para a jovem nação, que herdou, não só condições económicas degradadas, mas também uma situação social precária. O autor refere que “em 1975, a taxa geral de analfabetismo era de 93% entre a população com 7 anos e mais, enquanto dos 3 800 estudantes do ensino superior apenas 40 (1,03%) eram moçambicanos negros (Informação Económica, 1984, p.18). Em 1970, menos de 0,1% de moçambicanos negros possuíam habilitações superiores à 4ª classe” (Araújo, 1988, p.51). Em um outro momento, Araújo refere que “no que respeita à saúde, nela se encontram as mesmas marcas de discriminação e de baixa qualidade. A cobertura sanitária era muito pobre e concentrada essencialmente nos grandes centros urbanos. Nas unidades sanitárias existiam as enfermarias e maternidades para “indígenas” onde era prestada uma assistência de muito baixa qualidade” (Araújo, 1988, p.54).

¹ O trabalho de Matos e Medeiros (2015) mostra como a forma de administração do território moçambicano por Portugal deixou marcas no espaço, quer na forma de organização do espaço, como nas relações sociais que se estabeleciam.

Apesar do trabalho de Araújo (1988) centrar-se em outros assuntos, como dinâmicas populacionais e transformações no uso e organização do espaço, o autor consegue mostrar, mesmo que de forma breve, que as condições sociais da população moçambicana eram precárias, não só nos indicadores de educação e saúde, mas também nos indicadores de acesso à água potável e de habitação condigna. O autor demonstra que os desafios para o país eram enormes, principalmente nos espaços rurais onde a atenção do governo colonial português foi seletiva e parca, mesmo com as alterações introduzidas na administração, que visavam conter o avanço da guerra de independência nacional.

O presente artigo tem como objetivo central analisar a evolução da cobertura de alguns serviços sociais, importantes para a melhoria da qualidade de vida de uma população, nomeadamente o acesso à água, à eletricidade e ao saneamento do meio. Também foram incluídos, na análise, o tipo de habitação, refletido nos materiais usados.

O artigo está estruturado em três grandes momentos. No primeiro é apresentado o exercício metodológico com os dados censitários, para permitir as análises efectuada nos momentos seguintes. No segundo é analisada a distribuição territorial da população e no terceiro a evolução da cobertura dos serviços sociais selecionados. Finalmente são apresentadas as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

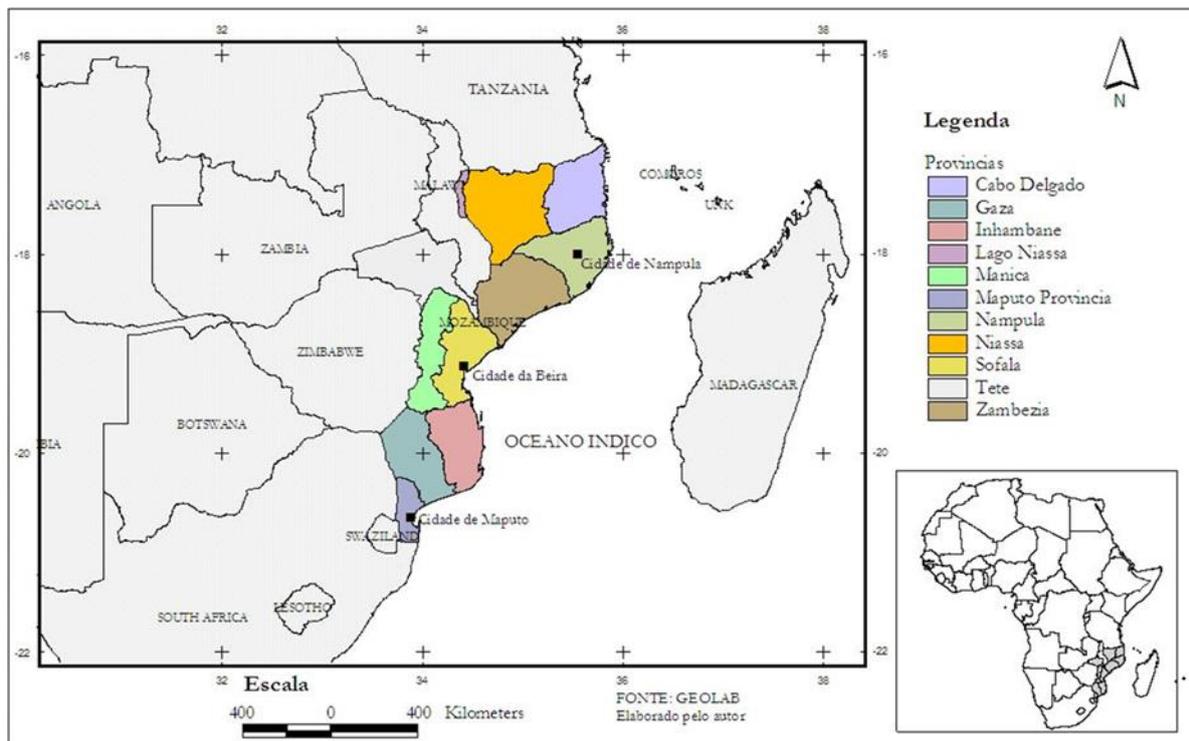
A análise tem como ponto de partida o ano de 1980 (quando foi realizado o 1º recenseamento da população do país independente), cinco (5) anos após a Proclamação da Independência Nacional, e termina com o ano de 2017. Escolheu-se o ano de 2017 porque foi o ano em que foi realizado o último recenseamento geral da população e habitação, o que permite ter um olhar mais distante dos avanços alcançados desde o ano de 1980.

Assumi-se trabalhar com os indicadores que abordam a prestação de serviços sociais, considerados importantes para a melhoria da qualidade de vida. É importante destacar que o conceito de serviço, historicamente, foi definido de uma forma residual e negativa, tendo em conta o conjunto heterogéneo de atividades que são incluídas no setor de serviços (Castells, 1999; Façanha, 2010). De acordo com Façanha (2010), existem vários critérios de classificações dos serviços, contudo o que adotamos é o de Browning e Singleman (1978) que classificam os serviços de acordo com (i) a função económica, (ii) o tipo de usuário e (iii) a orientação do mercado. Para os autores, existem quatro (4) categorias, nomeadamente: serviços produtivos, serviços distributivos, serviços sociais e serviços pessoais. Deste grupo, o que interessa para o estudo são os serviços sociais, que de acordo com Façanha (2010, p.48) “... objetivam ao atendimento da coletividade pública, atendendo as demandas sociais (educação, saúde, segurança, etc) que possuem a tarefa de combater as desigualdades regionais e sociais contidas na sociedade”.

Para a realização do exercício efetuado ao longo do artigo, o primeiro passo foi identificar a informação constante nos dois censos, relativo aos indicadores referentes aos serviços sociais. Da análise, identificaram-se os seguintes serviços sociais: (i) condições de abastecimento de água, (ii) iluminação da habitação, e (iii) condições de saneamento do meio. Atendendo à

importância que o tipo de habitação representa na família moçambicana, revelando um estágio de melhoria na qualidade de vida, optou-se por incluir o indicador materiais de construção usados na edificação das habitações. Assumiu-se que estes indicadores ajudariam a compreender as condições de vida da população rural, ao mesmo tempo que estão alinhados com aquilo que Araújo (2002) recorre para analisar o nível de ruralidade ou de urbanidade. Para o autor, analisando os conteúdos desses indicadores, é possível compreender se os espaços tendem a ser rurais ou urbanos. Para além da análise desses indicadores, o artigo examina as dinâmicas da população durante o período.

Figura 1. Localização geográfica de Moçambique e sua divisão administrativa em províncias.



Fonte: O Autor, 2016.

Optou-se por trabalhar com os serviços sociais porque muito do que se tem escrito sobre os espaços rurais em Moçambique está centrado em análises económicas (veja os trabalhos de Mosca, 2005; 2015; Castel-Branco, 2008; Uaiene, 2015). Mesmo quando se procura discutir os modelos de desenvolvimento rural, o debate centraliza-se nos sectores económicos, como a agricultura ou mesmo a indústria extrativa, tornando a análise social preterida e, quando aparece, é mais esporádica e pouco aprofundada, figurando como complementar às análises económicas que se fazem. O estudo realizado por Matos (2023) faz esta crítica e, nele estão apresentados alguns indicadores da dimensão social para a compreensão da dinâmica dos espaços rurais de Moçambique, pese embora o foco seja a importância do território para o desenvolvimento rural.

A escolha dos indicadores analisados também foi influenciada pela disponibilidade da informação ao nível das províncias. Alguns indicadores, principalmente para o ano de 1980, não estão discriminados ao nível das províncias (principalmente no que diz respeito às diferenças entre os espaços rurais e urbanos), o que condicionou a sua utilização. Indicadores

relacionados com a educação e saúde não reuniram informação suficiente para ser analisada, nos termos a que o artigo se propõe.

Em relação ao tipo de habitação, registamos a mesma limitação. Contudo, estavam disponíveis os materiais utilizados na construção da habitação. Como forma de trabalhar com este indicador, optou-se por analisar os materiais de construção, que têm uma relação direta com o tipo de habitação.

Entre os dois censos realizados, constata-se que os conteúdos captados para cada indicador foram evoluindo. Ou seja, no censo de 1980 a preocupação era, fundamentalmente, captar o básico para consentir uma atuação rápida, com o propósito de universalizar o fornecimento dos serviços sociais básicos. Nos censos seguintes, os conteúdos dos indicadores foram se aperfeiçoando, captando mais informações, anuindo aprofundar as nuances de cada indicador. Para permitir uma análise evolutiva, atendendo às diferenças significativas dos conteúdos de cada indicador, optou-se por manter como base os conteúdos dos indicadores do censo de 1980, assim tornou-se possível estabelecer as comparações.

Os quadros seguintes mostram o exercício realizado para cada um dos indicadores selecionados. Em relação ao indicador condições de abastecimento de água, constata-se que teve especificações melhoradas ao longo do tempo (quadro 1). No ano de 1980 a preocupação foi captar se as famílias tinham acesso à água encanada (dentro de casa ou fora) ou se recorriam aos rios e lagos ou se existiam poços para permitir o acesso à água. Importa destacar que o governo pós-independência investiu na construção de poços e fontanários, como uma alternativa viável, economicamente, no abastecimento de água.

Quadro 1. Evolução do conteúdo do indicador abastecimento de água (1980-2017).

Indicador	1980	2017	Conteúdo usado
Fontes de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Água encanada dentro de casa; • Água encanada fora de casa; • Rios ou lagos • Poço 	<ul style="list-style-type: none"> • Água encanada dentro de casa; • Água encanada fora de casa; • Água encanada na casa do vizinho • Fontanário; • Poço ou furo protegido com bomba manual; • Poço ou furo protegido sem bomba manual; • Água do poço não protegido; • Água de nascente; • Rio ou lago; • Água da chuva, • Água de tanques camiões; • Água mineral 	<ul style="list-style-type: none"> • Água encanada (dentro de casa, fora de casa, torneira do vizinho e fontanário); • Poços (poços ou furos protegidos e não protegidos); • Rios ou lagos (rios ou lagos, nascente); e • Outros (água da chuva, água de tanques de camiões e água mineral)

Fonte: INE (1983; 2019).

O censo de 2017 apresenta mais detalhes, como por exemplo a recorrência à torneira do vizinho ou mesmo as especificidades do tipo de poço recorrido pelas famílias. A análise deste indicador

centrou-se em: (i) água encanada, (ii) poços e (iii) rios e lagos. Estas são as principais formas de abastecimento de água. A primeira demonstra a modernização na prestação dos serviços (água encanada). A segunda evidencia os esforços do governo, em função da escassez de recursos financeiros, mas também das famílias, individualmente ou coletivamente, no acesso à água (a recorrência aos poços). A última revela a ausência ou as limitações do governo em disponibilizar os serviços, forçando as famílias a recorrerem aos cursos hídricos existentes (rios e lagos).

Quadro 2. Evolução do conteúdo do indicador saneamento do meio (1980-2017).

Indicador	1980	2017	Conteúdo usado
Tipo de saneamento do meio	<ul style="list-style-type: none"> • Latrina 	<ul style="list-style-type: none"> • Retrete com autoclismo dentro de casa; • Retrete sem autoclismo fora de casa; • Retrete sem autoclismo; • Latrina melhorada; • Latrina tradicional melhorada; • Latrina não melhorada; • Sem retrete/Latrina 	<ul style="list-style-type: none"> • Latrina <p>(como este indicador é bastante grosseiro para se apreender os avanços ao longo do tempo, optou-se, igualmente, por analisar o percentual de famílias que ainda usam latrinas não melhoradas)</p>

Fonte: INE (1983; 2019).

Para o indicador saneamento do meio, o censo de 1980 apenas procurava identificar se as famílias possuíam latrina ou retrete. O conteúdo deste indicador possibilitava ao governo captar as famílias que necessitavam deste serviço e, assim, estimar os desafios a enfrentar. Com o passar dos anos, os censos foram captando mais especificidades. No censo de 2017 o indicador captou mais conteúdos, como o tipo de retrete e o tipo de latrina (quadro 2). Ter retrete significa, para as famílias, a melhoria das condições do saneamento do meio e a entrada num padrão de vida melhor. Num primeiro momento, dependendo das condições económicas das famílias, a luta é transitar do uso da latrina tradicional para latrina melhorada e, num segundo momento, substituir por uma retrete (mesmo que seja sem autoclismo). Geralmente o segundo estágio é acompanhado com a melhoria da habitação, ou seja, a transição para a casa construída com materiais convencionais.

Quadro 3. Evolução do conteúdo do indicador iluminação da habitação (1980-2017).

Indicador	1980	2017	Conteúdo usado
Fonte de iluminação	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade; • Gerador/Placa Solar; • Petróleo/Parafina/Querosene • Velas; • Baterias; • Lenha • Pilhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade

Fonte: INE (1983; 2019).

Em relação ao indicador iluminação da habitação, verifica-se que o censo de 1980 procurava captar se as famílias beneficiavam ou não da eletricidade. Para o ano de 2017, o indicador

captou mais fontes de energia (quadro 3). Para a análise efectuada, decidiu-se manter o conteúdo do indicador de 1980, já que a grande preocupação do governo é melhorar a cobertura da eletrificação rural, atendendo que o país dispõe de uma hidrelétrica com capacidade de abastecer energia a todo o país.

Quadro 4. Evolução do conteúdo do indicador material de construção (1980-2017).

Indicador	1980	2017	Conteúdo usado
Tipo de material de construção	<ul style="list-style-type: none"> • Cimento/Tijolo • Madeira e Zinco • Adobe • Caniço ou Palha • Paus maticados 	<ul style="list-style-type: none"> • Bloco de Cimento • Bloco de Tijolo • Madeira /Zinco • Bloco de Adobe • Caniço/Paus/Bambu • Paus maticados • Lata/Cartão 	<ul style="list-style-type: none"> • Material convencional (cimento, tijolo, madeira e zinco) • Materiais de origem vegetal (adobe, caniço, paus, bambu, paus maticados e palha)

Fonte: INE (1983; 2019).

Finalmente, para o indicador material de construção, constata-se que a base dos conteúdos pouco se alterou ao longo do tempo. O que se verifica é a especificação que melhorou com o tempo (quadro 4). De uma forma geral, percebe-se que em todos os censos a preocupação foi captar se os agregados familiares possuíam habitações construídas com materiais convencionais (ou definitivos) ou com materiais de origem vegetal, extraídos diretamente da natureza. Assim, as análises para este indicador concentraram-se em compreender a evolução na utilização de materiais convencionais na construção da habitação.

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Até a realização do censo de 1980, a diferenciação da população rural e urbana era fortemente influenciada pela cor da pele, determinando se uma família era contabilizada como rural ou urbana. O CNP (1992) refere que foi apenas no censo de 1970 que o conceito de população urbana, contada no levantamento e na publicação dos resultados, se aproximou da realidade. Contudo, ainda persistiam resquícios de discriminação racial nos processos de identificação se um “indígena” era considerado residente num espaço urbano ou rural². Em todo o caso, os dados do censo de 1970 indicam que 90% (89,47%) da população moçambicana residia em espaços rurais.

É importante destacar que até a Independência Nacional, Moçambique era considerado uma província ultramarina, constituída por 9 distritos (tabela 1). A atual província de Nampula era

² Um estudo produzido pela Unidade de População e Planificação, analisando os censos realizados antes da Independência Nacional, indica a dificuldade de definição da população urbana e rural. Todavia, refere que para o censo de 1970 adotou-se a seguinte orientação: “[...] nas áreas das povoações sedes dos conselhos ou circunscrições considerar-se-ão duas zonas: urbana e rural. Considerar-se-ão urbanas as sedes cujos aglomerado populacional seja superior a 2 000 habitantes e rurais caso seja inferior; na publicação dos resultados agregaram que, tendo sido, por outro lado, considerados nesta contagem, apenas os habitantes que residiam em habitações de carácter permanente, sendo os restantes classificados como rurais independentemente da sua residência se incluir, ou não, no aglomerado urbano” (CNP, 1992, p.41).

chamada de Distrito de Moçambique e a atual província de Manica não existia, estava incorporada ao distrito de Sofala.

De acordo com a tabela 1, o distrito de Lourenço Marques, que incluía a cidade de Maputo e os distritos da actual Província de Maputo, era o menos rural, ou seja, com uma população rural inferior a 60%. Este percentual é bastante influenciado pela cidade capital, conhecida na altura por Lourenço Marques (atual cidade de Maputo). O distrito de Lourenço Marques é uma exceção à regra. O outro distrito que se distancia da média nacional é o distrito de Niassa (85,72%).

Se analisada a distribuição do peso da população rural, constata-se que os distritos da Zambézia, de Moçambique e de Sofala concentravam mais de 55% da população rural, dos quais quase 45% estavam nos dois primeiros distritos. O distrito de Niassa é o que concentra o menor peso da população rural, estando abaixo dos 4%.

Tabela 1. População rural em 1970.

Distritos	População Total	População Rural	% de população rural	Peso da população Rural
Distrito do Niassa	290 803	249 265	85.72	3.40
Distrito de Cabo Delgado	551 714	533 187	96.64	7.28
Distrito de Moçambique	1 718 088	1 592 536	92.69	21.73
Distrito da Zambézia	1 747 511	1 675 695	95.89	22.87
Distrito de Tete	490 843	437 861	89.21	5.98
Distrito d Sofala	1 084 057	970 463	89.52	13.24
Distrito de Inhambane	745 028	718 250	96.41	9.80
Distrito de Gaza	756 315	692 458	91.56	9.45
Distrito de Lourenço Marques	805 997	458 219	56.85	6.25
Província de Moçambique	8 190 356	7 327 934	89.47	100

Fonte: INE (1974).

Com o alcance da independência e a introdução de novas formas de administração do Estado Moçambicano, houve necessidade de se alterar a base de classificação dos espaços urbanos e, com isso, os espaços rurais, ajustando-se à nova realidade. Para além da transformação dos distritos em províncias e a divisão de Sofala em duas províncias, nomeadamente províncias de Sofala e de Manica, foram introduzidas mais cidades e houve a reclassificação das cidades, incluindo-se mais áreas rurais ao espaço das cidades. Foi na 1ª Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comunais, realizada entre os dias 26 de fevereiro e 3 de março de 1979, que se definiram as primeiras áreas urbanas do país independente³.

Apesar dessa decisão, constata-se que a base da classificação continuava a ter o peso da herança colonial. Todavia, alguns ajustes à classificação desvirtualizaram o conceito clássico de urbano, incluindo população rural nos limites das áreas classificadas como cidades e, com isso, uma possível redução do tamanho da população rural. O censo de 1980 indica que os espaços rurais concentravam 87% da população moçambicana (tabela 2). Ou seja, de 1970 a 1980, os espaços

³ O Censo de 1980 considerou urbano a população vivendo nas áreas classificadas como cidades, nomeadamente: Lichinga, Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai, Chókwe e Cidade de Maputo.

rurais perderam cerca de 3% do peso percentual da população. A redução da população rural pode ser explicada pela migração rural-urbana, que segundo Araújo (2003, p.172), o alcance da independência libertou o país da dominação colonial e “... abriu as cidades aos moçambicanos que, naturalmente, as ocuparam. Foi uma fase de explosão urbana com substituição de população”. Apesar do percentual de decréscimo da população rural aparentar ser baixo, torna-se importante destacar que logo após a independência, quase a totalidade da população estrangeira abandonou o país, abrindo espaços para a migração subúrbio-centro e campo-suburbana (Araújo, 2003)⁴.

Tabela 2. Evolução do percentual da população rural entre 1980 e 2017.

Províncias	1980	1997	2007	2017
Niassa	92.3	77.0	77.1	74.3
Cabo Delgado	95.4	83.2	79.2	76.7
Nampula	90.2	75.0	71.4	67.8
Zambézia	97.5	86.5	82.6	82.0
Tete	94.2	85.3	86.3	78.6
Manica	88.4	71.8	74.7	66.7
Sofala	78.3	58.7	61.7	58.5
Inhambane	94.5	80.4	77.8	72.5
Gaza	94.4	75.3	74.6	69.8
Maputo Província	100.0	37.3	32.1	28.7
Moçambique	86.8	70.8	69.6	67.4

Fonte: INE (1983; 1999; 2009; 2019).

De 1980 a 2017 o percentual da população rural foi decrescendo, o que não significou a redução dos valores absolutos. É importante destacar que a redução do percentual da população rural de 1980 a 1997 foi bastante acentuada. Certamente o avanço da guerra civil, que iniciou um ano após a Independência Nacional, e se intensificou na década de 80, explica a significativa redução do percentual da população rural, pois os espaços rurais foram fortemente afetados, tornando-se inseguros (Araújo, 2003). Acrescenta-se, igualmente, a decisão governamental de criar mais espaços urbanos. Importante destacar que não foi só o número de vilas rurais que ascendeu à categoria de vilas urbanas e de cidades, mas também os equívocos na definição dos limites dos espaços urbanos e na contabilização da população que reside nesses espaços, como foi estudado por Matos (2010; 2021).

De 1997 a 2017, a redução do percentual da população rural foi mais lenta, perdendo aproximadamente cerca de 3 pontos percentuais. A província de Sofala foi a que menos reduziu, estando abaixo dos 0,5%. Cinco (5) províncias registaram decréscimos acima dos 5%, com destaque para Maputo Província que teve o maior decréscimo (8,5%).

É interessante destacar a queda da proporção da população rural para Maputo Província, que em 1980 era totalmente rural e em 1997 ela decresce para 37,5%. Esta redução drástica pode

⁴ “Em 1970 o peso da população estrangeira (colona) era muito elevado, estimando-se em cerca de 40%. Ela ocupava, na totalidade, o centro urbanizado das cidades (a cidade de cimento), assim como alguns bairros periféricos construídos de propósito, ao longo dos eixos rodoviários de saída da cidade, para uma classe de colonos de menores recursos econômicos, fundamentalmente operários e funcionários públicos” (Araújo, 2003, p.173).

ser explicada pelo facto do censo de 1980 ter contabilizado a cidade da Matola como parte da cidade de Maputo. Em 1997, o censo separou Maputo da Matola, ao mesmo tempo que surgiram 7 novas vilas urbanas, pouco expressivas em termos de tamanho da população, mas que contribuíram para a redução acentuada do percentual da população rural da província.

Se analisado o comportamento da taxa de crescimento da população desde 1980 a 2017, constata-se que no período de 1980 a 1997, o crescimento médio anual foi modesto (0,39%), sendo bastante influenciado pelas taxas de crescimento negativas registadas em quatro (4) províncias, todas no Sul do país e uma no centro (província de Sofala). Nampula e Zambézia registaram taxas de crescimento modestas (tabela 3). Importa lembrar que esse período coincide com o desenrolar da guerra civil, que viria a terminar em 1992, com a Assinatura do Acordo Geral de Paz.

Tabela 3. Evolução da taxa média de crescimento anual (%).

Províncias	1980-1997	1997-2007	2007-2017
Niassa	1.27	4.39	3.44
Cabo Delgado	1.29	1.72	3.13
Nampula	0.58	2.43	2.67
Zambézia	0.35	2.39	2.55
Tete	1.67	4.56	2.65
Manica	1.76	4.10	1.58
Sofala	-0.14	2.92	2.36
Inhambane	-0.41	0.92	0.63
Gaza	-0.87	1.35	0.56
Maputo Província	-3.01	2.53	3.48
Moçambique	0.39	2.64	2.40

Fonte: INE (1983; 1999; 2009; 2019).

Nos períodos seguintes, as taxas de crescimento situam-se acima dos 2,3%. A exceção é para as províncias de Inhambane (0,92%), Gaza (1,35%) e Cabo Delgado (1,72%) que estiveram abaixo desta cifra, no período de 1997-2007, e Gaza (0,56%), Inhambane (0,63%) e Manica (1,56%) no período seguinte. Nestes dois períodos, as províncias de Gaza e Inhambane figuram entre as províncias com as mais baixas taxas de crescimento da população rural.

Tabela 4. Evolução do peso da população por província entre 1980 e 2017 (%).

Províncias	1980	1997	2007	2017
Niassa	4.6	5.4	6.4	7.1
Cabo Delgado	8.5	9.9	9.0	9.7
Nampula	19.9	20.6	20.2	20.7
Zambézia	23.3	23.1	22.5	22.9
Tete	7.3	9.0	10.9	11.2
Manica	5.1	6.5	7.5	6.9
Sofala	7.7	7.0	7.2	7.2
Inhambane	9.5	8.3	7.0	5.9
Gaza	9.2	7.4	6.5	5.4
Maputo Província	4.9	2.8	2.7	3.1

Fonte: INE (1983; 1999; 2009; 2019).

Em relação ao peso das províncias no tamanho da população, observa-se que desde o período colonial duas províncias (Zambézia e Nampula) concentravam mais de 40% da população rural, sendo a província da Zambézia a mais salientada. Em 1980 mais duas províncias se destacaram, apesar de distantes, nomeadamente: Inhambane (9,5%) e Gaza (9,2%). Nos censos seguintes as províncias de Tete e Cabo Delgado passaram a substituir as províncias de Gaza e Inhambane (Tabela 4).

A EVOLUÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS

132

Como já foi mencionado em parágrafos anteriores, a situação dos indicadores sociais era precária, principalmente para a população nativa. A administração colonial portuguesa investiu em equipamentos sociais apenas em áreas centrais dos espaços urbanos e, em algumas vilas (também em suas áreas centrais). Para as áreas rurais, os investimentos foram bastante diminutos e geralmente direcionados para atender a população colona e privilegiada.

Alcançada a independência nacional, a principal preocupação do governo pós-independência foi providenciar os serviços sociais básicos, não só nas áreas urbanas, mas também nos espaços rurais. Nestes, o tipo de povoamento era disperso, o que dificultava a racionalização na oferta dos serviços sociais básicos, como também no controle e domínio dos processos que nele ocorriam. Por forma a superar estas limitações, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) optou por implementar as aldeias comunais, fruto da experiência de 10 anos da luta armada de libertação nacional.

Almeida Serra (1991) e Araújo (1988) referem que o desenho do modelo de desenvolvimento rural, que mais tarde veio a se materializar na socialização do campo, começou a ser esboçado mesmo antes da Proclamação da Independência. Os autores reportam a realização, pela FRELIMO, de dois (2) encontros fundamentais, um em Mocuba, na província da Zambézia, em fevereiro de 1975 e o outro em Marrupa, na província do Niassa, em finais de maio e princípios de junho de 1975. Os dois encontros lançaram as bases para as intervenções que viriam a ocorrer nos espaços rurais.

Almeida Serra (1991) destaca que as conclusões dos encontros foram claras na necessidade de se aglomerar a população que se encontrava assentada em formas de povoamento disperso. O propósito era fazer chegar os principais serviços sociais básicos, como educação, saúde, abastecimento de água e luz, comunicações e outros.

A estratégia de desenvolvimento rural não teve os resultados pretendidos, não só porque concentrar a população não obteve o consentimento generalizado da população, mas também porque as estratégias usadas para o alcançar não foram transparentes (Almeida Serra, 1991; Araújo, 1988). Pode-se acrescentar o fracasso do projeto desenvolvimentista, que não teve o suporte financeiro dos países do COMECON (Conselho para a Assistência Econômica Mútua) (Hermele, 1988; Braun, 1988; Marshall, 1990; 1992?). Estes entraves “forçaram” o país a enveredar por um projeto desenvolvimentista de viés neoliberal, iniciado em meados dos anos 80 e que se prolonga até os nossos dias.

Passados quase 50 anos após a herança catastrófica no campo social, urge a necessidade de analisar quais avanços a população rural alcançou, ou seja, em que estágio se encontra a abrangência e/ou cobertura dos principais serviços sociais.

Condições de abastecimento de água

Uma das grandes preocupações que apoquentava o governo da FRELIMO era o acesso e cobertura dos serviços de abastecimento de água potável, o que terá motivado a ações de abertura de poços nas aldeias comunais, para permitir que as famílias tivessem acesso à água potável próximo das suas residências (Araújo, 1988). Os dados do censo de 1980 mostram as dificuldades que muitas famílias enfrentavam para ter acesso à água potável (Tabela 5).

Menos de 6% da população rural tinha acesso à água encanada (tabela 5). Esse grupo era o que residia nos centros das vilas rurais, onde a canalização da água visava satisfazer a uma classe privilegiada, que eram os colonos e, em algumas situações, os assimilados.

Em 1980, a grande maioria da população (65,6%) recorria aos rios e lagos. Os percentuais mais altos foram verificados em Nampula (80,6%), Cabo Delgado (76,7%) e Inhambane (75,27%). Apenas a província de Manica apresentava uma situação menos mal, ou seja, existiam menos de 50% de agregados familiares que recorriam a esta fonte.

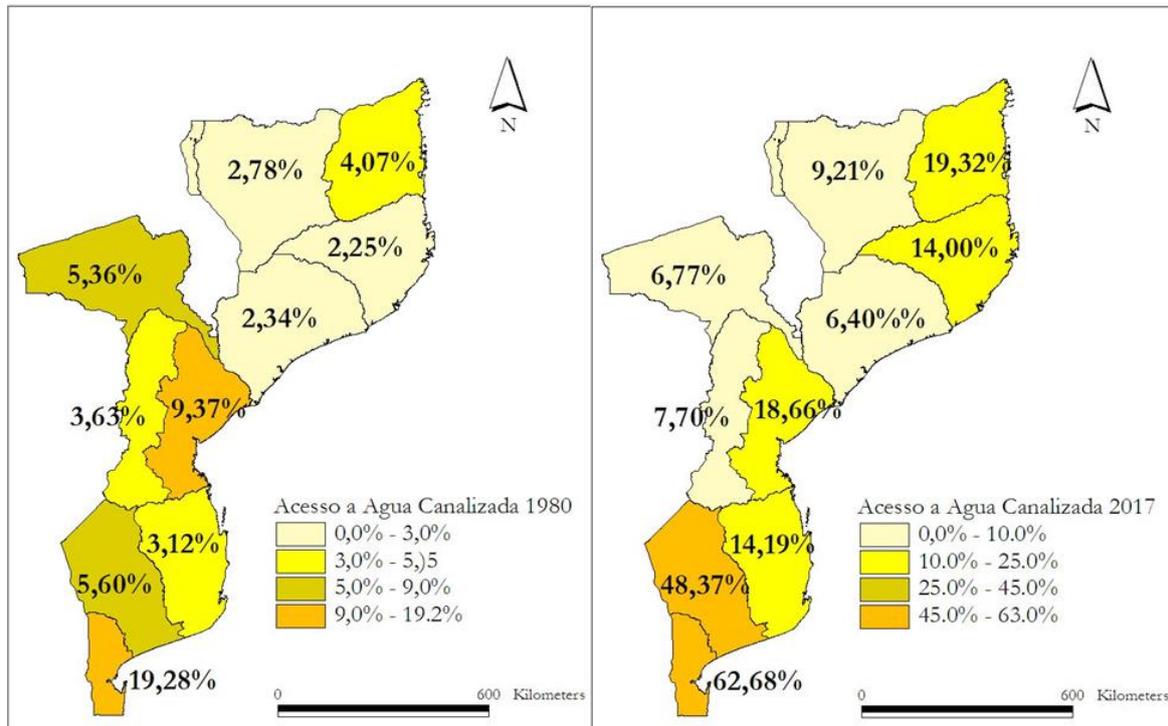
Tabela 5. Evolução das principais fontes de abastecimento de água entre 1980 e 2017 (%).

Províncias	1980			2017		
	Canalizada	Poços	Rios/Lagos	Canalizada	Poços	Rios/Lagos
Niassa	2.78	35.56	60.45	9.21	70.51	19.80
Cabo Delgado	4.07	18.15	76.68	19.32	65.25	10.49
Nampula	2.25	14.23	80.60	14.00	71.27	14.18
Zambézia	2.34	22.04	73.01	6.40	79.26	13.89
Tete	5.36	38.33	53.97	6.77	75.63	17.30
Manica	3.63	44.85	47.70	7.70	57.99	33.33
Sofala	9.37	27.73	60.75	18.66	66.34	14.14
Inhambane	3.12	12.91	75.27	14.19	70.24	8.21
Gaza	5.60	16.23	73.36	48.37	37.17	10.98
Maputo Província	19.28	23.39	54.57	62.68	23.43	7.48
Moçambique	5.78	25.34	65.64	20.73	61.71	14.98

Fonte: INE (1983; 2019).

Os dados de 2017 demonstram importantes ganhos, apesar de cerca de 15% das famílias rurais continuarem a recorrer aos rios e lagos para ter acesso à água. Os percentuais são preocupantes nas províncias de Manica (33,3%), Niassa (19,8%) e Tete (17,3%). De uma forma geral, a região Sul do país apresenta-se melhor que as restantes (Tabela 5).

Figura 2. Evolução da população com acesso à água canalizada (%).



Fonte: O autor, com base nos dados do INE (1983; 2019).

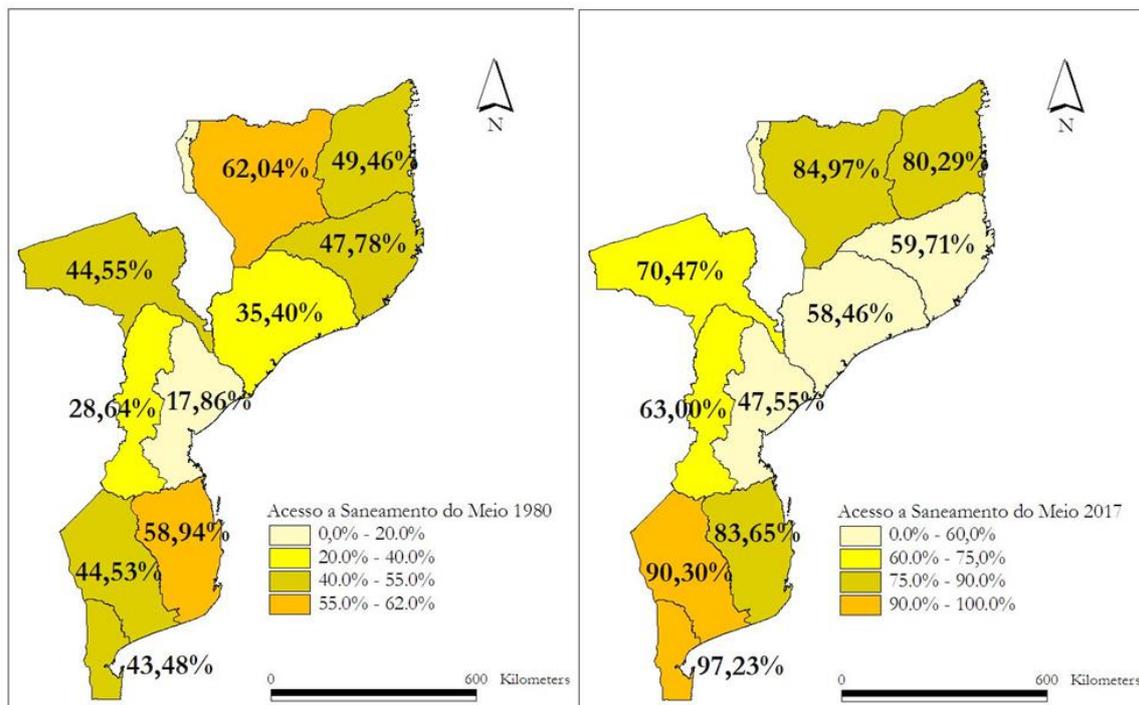
Apesar dos constrangimentos que ainda enfrentam um número expressivo da população rural, constata-se que o percentual das famílias com acesso a água encanada aumentou significativamente, transitando dos 6% em 1980 para 21% em 2017 (Figura 2). A região Sul, com destaque para Maputo Província (62,7%) e Gaza (48,7%), destacam-se das restantes. É importante realçar os avanços registados no Norte do país, com a província de Cabo Delgado (19,32%) a se posicionar entre as que apresentam níveis de cobertura superiores à média nacional.

Condições do saneamento do meio

Em relação ao saneamento, os dados do censo de 1980 procuraram captar se as famílias dispunham ou não de uma latrina ou retrete. A preocupação não era identificar o tipo de saneamento, mas se existe. Os dados (Figura 3) mostram que mais de 55% das famílias rurais não dispunham de saneamento de meio. Apenas duas (2) províncias apresentavam percentual de famílias com acesso acima dos 50%, nomeadamente: Niassa (62,0%) e Inhambane (58,9%).

As províncias com situações preocupantes na cobertura dos serviços de saneamento eram Sofala (17,8%), Manica (28,6%) e Zambézia (35,4%), todas localizadas na região Centro. De uma forma geral, esta era a região com os percentuais mais baixos país.

Figura 3. Evolução da população com acesso às latrinas (%).



Fonte: O autor, com base nos dados do INE (1983; 2019).

Para o ano de 2017 as condições de acesso ao saneamento do meio melhoraram em todas as províncias, sendo que a média do país se aproximou dos 70% (68,3%). A província de Sofala continua a ser a província com mais privações no acesso ao saneamento, não alcançando os 50%. Há a realçar as províncias de Nampula (59,7%) e Zambézia (58,5%) que estão no grupo das províncias com percentuais abaixo da média nacional.

Mais uma vez, as províncias do centro de Moçambique são as que se encontram na pior situação e, o Sul destaca-se como a região em que este indicador se apresenta mais bem posicionado, com destaque para Maputo Província, com cifras que superam os 97% (Figura 3).

Tabela 6. Famílias que ainda recorrem a latrinas tradicionais em 2017 (%).

Províncias	Melhoradas	Não melhoradas	Total
Niassa	11.96	67.24	79.20
Cabo Delgado	7.34	67.81	75.15
Nampula	6.25	49.58	55.83
Zambézia	10.90	41.86	52.76
Tete	20.17	36.79	56.96
Manica	17.29	33.50	50.79
Sofala	11.55	27.15	38.69
Inhambane	25.92	41.75	67.67
Gaza	26.82	33.81	60.63
Maputo Província	26.29	13.80	40.10
Moçambique	13.28	44.52	57.80

Fonte: INE (2019).

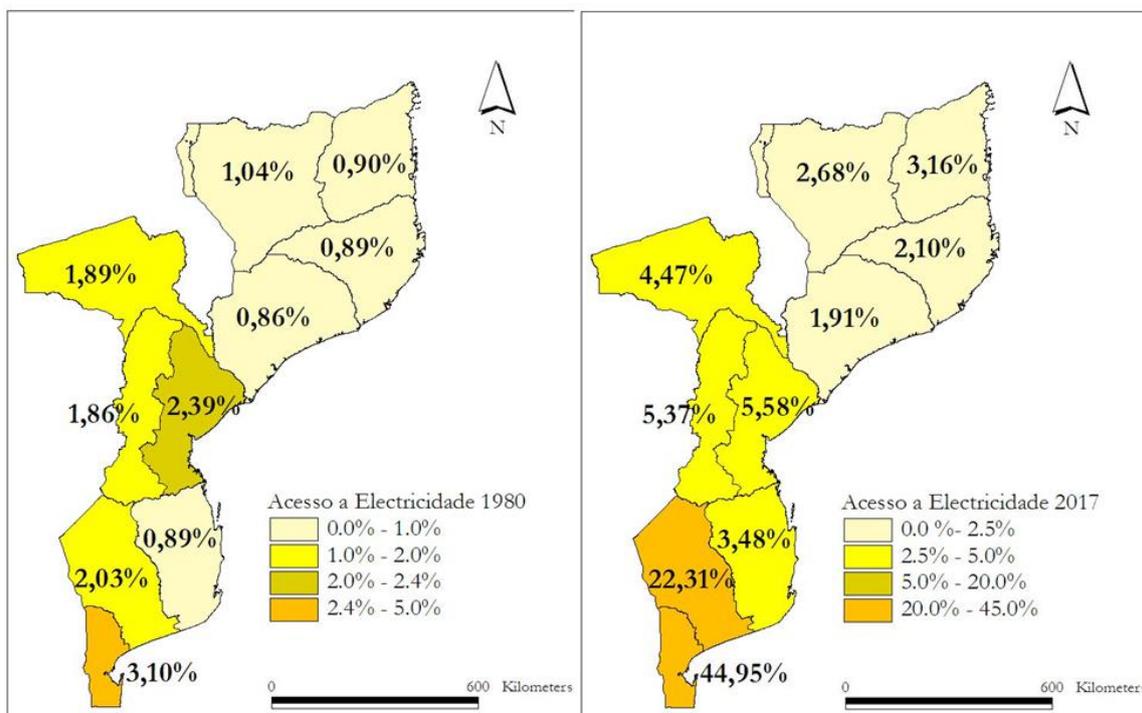
Apesar dos dados mostrarem melhorias significativas no acesso ao saneamento do meio, importa destacar algumas diferenciações que foram captadas pelo censo de 2017. Há um registo significativo de famílias que apesar de disporem de saneamento, os mesmos são precários, como por exemplo, a recorrência às latrinas tradicionais (perto de 60%). E destes, a grande maioria usa latrinas não melhoradas (perto de 45%). O Norte do país é a região que apresenta a pior situação, com mais de metade (50%) das famílias a recorrer a latrinas tradicionais não melhoradas (tabela 6).

Iluminação da habitação

Durante o processo de negociação dos termos da cedência da Independência Nacional, uma das grandes preocupações de Portugal era com o investimento realizado na construção da Hidrelétrica de Cahora-Bassa, localizada no distrito de Songo, na província de Tete. A infraestrutura, recém-criada, tinha como principal objetivo fornecer energia elétrica às indústrias sul-africanas.

Como o principal propósito era abastecer energia às indústrias sul-africanas, constata-se que pouco beneficiava a população moçambicana, estando restrito às cidades e algumas vilas (urbanas e rurais). O censo de 1980 veio a mostrar essa realidade, demonstrando que menos de 2% da população rural se beneficiava da corrente elétrica (Figura 4).

Figura 4. Evolução na cobertura do fornecimento de eletricidade (%).



Fonte: O autor, com base nos dados do INE (1983; 2019).

O ano de 2017 mostra avanços modestos, com uma evolução de cerca de 4%, em 37 anos. Apesar deste modesto avanço, importa realçar que duas (2) províncias registaram crescimentos

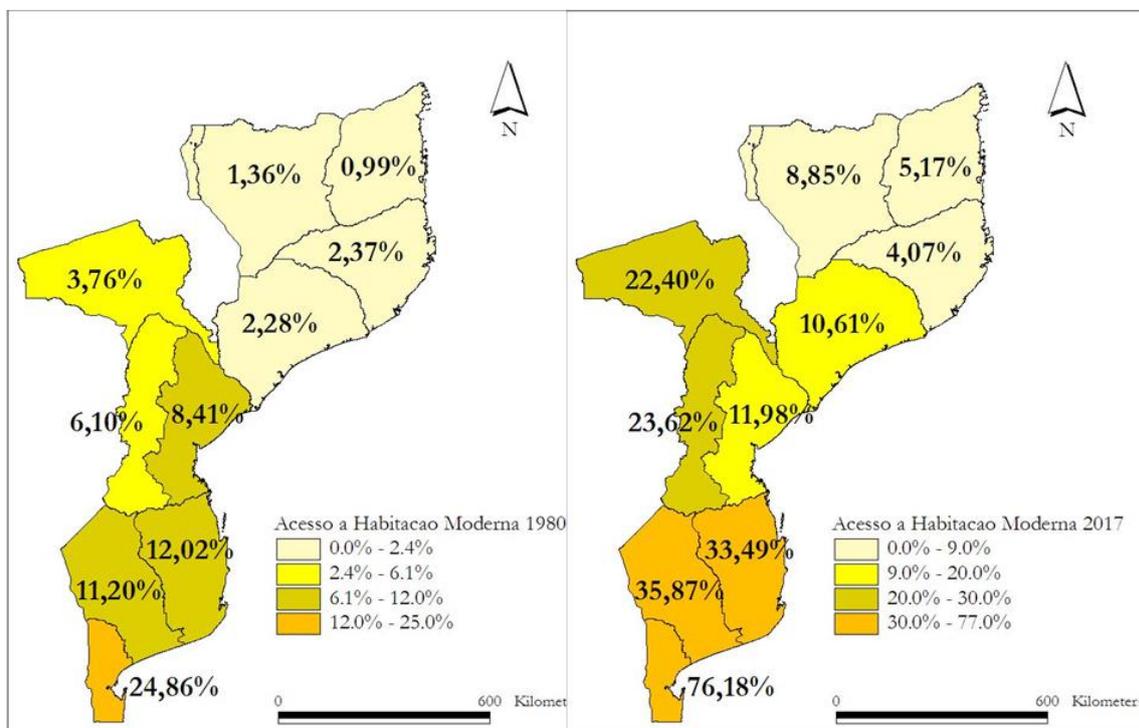
significativos, nomeadamente Maputo Província e Gaza, que passaram para 41,9% e 20,2%, respetivamente. Esta realidade é bastante diferente das outras províncias que não conseguem alcançar os 4% de cobertura. Os níveis de cobertura alcançadas por estas duas (2) províncias podem ser explicadas, provavelmente, pelo facto de serem territórios fisicamente próximos da África do Sul, que é o principal comprador da energia elétrica da Barragem de Cahora-Bassa e que depois (re)vende ao Estado moçambicano.

Materiais de construção usados na edificação das habitações

Uma das preocupações que as famílias moçambicanas enfrentam é a aquisição da habitação própria. Nos espaços rurais, a grande maioria da população encontra, na natureza, as condições essenciais para a edificação da residência. Geralmente, são consideradas habitações “precárias”, já que os materiais utilizados para a sua edificação não são modernos. Ordinariamente as famílias recorrem aos blocos de adobe, caniço, paus, bambu, capim etc.

Considera-se, usualmente, que a melhoria das condições de vida de uma família encontra-se refletida nos materiais de construção, ou seja, quando se regista uma transição da habitação construída a partir de materiais de origem vegetal para materiais de construção convencionais. Isto significa que a habitação transita do tradicional para o moderno, mesmo que o edifício não seja acompanhado pelas condições de comodidade adequadas, como a qualidade do piso e do mobiliário. Mas, representa uma evolução importante para a família.

Figura 5. Evolução na utilização dos materiais de construção convencionais (%).



Fonte: O autor, com base nos dados do INE (1983; 2019).

Os dados do censo de 1980 indicam que menos de 5% das famílias rurais viviam em habitações construídas com materiais convencionais. Estes percentuais triplicaram no censo de 2017, contudo continuam a estar muito aquém das intenções das várias famílias, que vão lutando para a modernização da habitação (Figura 5).

Ao nível das províncias, as diferenças são substanciais. Em 1980 apenas as províncias do Sul do país apresentavam melhor situação que as restantes. Maputo Província apresentava uma situação bem diferente das restantes províncias, pois um quarto da sua população vivia em habitações convencionais. Nas restantes províncias, quase que é insignificante a presença deste tipo de habitação, ficando o Norte do país a região mais penalizada.

Em 2017 a situação melhorou em todas as províncias, mas continuou aquém das expectativas. O Sul continua a ser a região com as melhores condições, registando um mínimo de um terço das famílias vivendo em habitações convencionais. Para a província de Maputo, as cifras chegam a ultrapassar os três quartos das famílias. Mais uma vez, as restantes regiões continuam muito distantes da região Sul e, o Norte permanece como a região com as condições de habitação mais precárias.

Se analisada a evolução entre os anos 1980 e 2017, constata-se que apesar dos avanços registados nas províncias do Norte, as mesmas continuam a ter percentuais muito abaixo da média nacional. Curiosamente, nesta região, a província do Niassa, considerada a mais pobre, é a que se apresenta melhor que as outras duas. No centro, as províncias de Tete e Manica registaram avanços bastante significativos. São as províncias de Nampula e Sofala que em 37 anos apenas registaram uma evolução de apenas 2%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados ao longo do artigo mostram os grandes desafios que as famílias residentes nas áreas rurais tiveram e têm de enfrentar para garantir o acesso aos serviços sociais. Os espaços rurais, organizados para atender às necessidades de produção de culturas de exportação (mas também, para abastecer o mercado nacional) foram, quase sempre, marginalizados nas estratégias de desenvolvimento rural (se é que existiram). Sendo um espaço com forte presença de população nativa, os serviços sociais básicos foram sempre escassos e de baixa qualidade. Os que existiam, estavam direcionados para responder a população privilegiada (na sua maioria portuguesa).

Alcançada a independência, o governo pós-independência envidou esforços para ampliar a cobertura dos serviços sociais básicos. Como a população rural ocupava os espaços de uma forma dispersa, a estratégia foi concentrar nas chamadas aldeias comunais, com objetivo de racionalizar a oferta e cobertura dos serviços. Porém, a fraca capacidade económica e financeira, associada ao insucesso da estratégia de concentração da população rural, não possibilitaram ao governo universalizar os serviços, apesar dos progressos registados.

Os dados apresentados no artigo mostram evoluções na cobertura dos serviços, contudo continua a estar abaixo das necessidades da população. O artigo, igualmente, evidencia que formas alternativas de fornecimento desses serviços foram encontradas, muitas delas fora do

padrão moderno de prestação e organização desses serviços. São exemplos os poços e as latrinas tradicionais melhoradas, que cobrem grande parte da população.

Mais do que compreender as condições sociais degradantes herdadas pela jovem nação e os avanços alcançados, é importante destacar que as desigualdades regionais verificadas com o alcance da independência não foram superadas, mas se consolidaram, evidenciando um Sul muito bem servido que as restantes regiões. Se os dados do censo de 1980 mostravam o Norte e o Centro menos privilegiados no acesso aos serviços sociais analisados, os dados do censo de 2017 evidenciam a consolidação e ampliação das assimetrias.

Analisando os quatro (4) indicadores discutidos ao longo do texto, constata-se o seguinte:

- Quanto ao acesso à água encanada, verificou-se nos dois censos que o maior percentual de famílias com acesso à água encanada está localizado nas províncias do Sul. Aqui, importa realçar que a província de Inhambane apresenta percentuais deslocados da sua região. O pior cenário é registado nas províncias do Norte, em 1980, e do Centro, em 2017;
- Em relação ao saneamento do meio, constata-se que nos dois censos as províncias do centro foram as que apresentaram o maior percentual de famílias desprovidos deste serviço. Para o ano de 1980, as províncias do Norte se apresentavam na melhor posição. Esta situação foi alterada no ano de 2017, quando o Sul passa a concentrar o maior percentual de famílias com acesso ao serviço. Como se referiu na análise deste indicador, apesar dos avanços alcançados em 2017, é importante destacar que há um percentual expressivo de famílias que ainda continuam a recorrer às latrinas tradicionais não melhoradas, sendo as províncias do Norte as que acolhem os percentuais mais altos e o Sul com os mais baixos. Excetua-se a província de Inhambane, que mais uma vez, apresenta percentagens diferentes do padrão da sua região;
- Os dados mostram que o desafio para a universalização do fornecimento da corrente elétrica ainda é longo. Nos dois censos observou-se que a região Norte é a que apresenta a menor cobertura, incluindo a província da Zambézia. As províncias do Sul, com exceção de Inhambane, são as que registam mais famílias se beneficiando do serviço; e
- Em relação aos materiais de construção, verificou-se que tanto os dados do censo de 1980 como de 2017, evidenciam o Norte como sendo a região com a pior situação e o Sul a mais privilegiada.

A vantagem que a região Sul apresenta pode estar relacionada com a proximidade à África do Sul. Importa realçar que a migração da população desta região para a África do Sul é bastante significativa e histórica, já desde o período colonial, quando a região era considerada de reserva de mão-de-obra (Araújo, 1988; Almeida Serra, 1991; Mosca, 2005). Os trabalhos desenvolvidos por Araújo e Muanamoha (2011) e Alfeu (2001) evidenciam a importância das remessas provenientes da África do Sul na melhoria das condições de vida, incluindo na alteração dos materiais de construção da habitação. Uaiene (2015) refere que o Sul do país é a região em que quase 50% da renda monetária não provém da agricultura, como acontece em outras regiões, que superam a média nacional de 70%. O autor acrescenta que é nesta região (Sul) onde as famílias rurais exibem os maiores rendimentos monetários. Estas características

podem explicar, em parte, a melhor posição na cobertura dos serviços sociais analisados, incluindo as condições da habitação.

Da análise efectuada ao longo do artigo, sugere-se uma reflexão sobre a regionalização no país, tendo em conta os indicadores analisados. Os dados apresentados nos dois censos evidenciam uma situação em que a província da Zambézia tende a ter percentuais mais próximos da região Norte e a província de Inhambane se aproxima mais da região Centro, apesar de em alguns indicadores avizinhar-se dos percentuais da região Norte.

REFERÊNCIAS

ALFEU, M. **Influência da migração para a África do Sul no desenvolvimento sócio-económico e nas características demográficas do distrito de Massinga**. 2001. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2001.

ALMEIDA SERRA, A. M. de. **Política agrária e desenvolvimento económico na República Popular de Moçambique, 1975-85**. 1991. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1991.

ARAÚJO, M. G. M. de. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 1988.

ARAÚJO, M. G. M. de. **Os Espaços Urbanos em Moçambique**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 7, n. 2, p. 165-182, 2003. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123846>.

ARAÚJO, M. G. M. de. Espaço e identidade. In: SERRA, C. (Dir.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Imprensa Universitária – UEM, 1998, p.161-171.

ARAÚJO, M. G. M.; MUANAMOHA, R. C. **Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul**: impacto socioeconómico nas comunidades de origem. In: RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa. Migrações. III. Série, n° 24, p.165-185, 2011.

BRAUN, G. **War and economic reform in Mozambique**. Freiburg, Dez. 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique**: contributo crítico. Discussion Paper ° 03/2008. Maputo: IESE, 2008.

CNP (Unidade de População e Planificação). População urbana nos recenseamentos a partir de 1940 em Moçambique. In: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique**. Projecto MOZ/91/P04-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento n° 6. Maputo, 1992, p.27-47.

FAÇANHA, A. C. **Serviços: contextos, conceitos e tipos.** Informe Econômico. Ano 10 – Nº 22, Nov-Dez/2009 – Jan/2020, 2010, p. 47-51.

HERMELE, K. **War and stabilization: a mid-term review of Mozambique's Economic Rehabilitation Programmer (PRE) with implications for Swedish development assistance.** Country Report Mozambique, October 1988.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População 19870.** Resumo Geral. Direção Geral dos Serviços de Estatísticas. Maputo, 1974.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **I Recenseamento Geral da População e Habitação 1980:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1983.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.

MARSHALL, J. Structural Adjustment and social policy in Mozambique. In: **Review of African Political Economy.** no. 47, Spring 1990.

MARSHALL, J. **Guerra, dívida e ajustamento estrutural em Moçambique: o impacto social.** Ottawa: The North-South Institute, 1992?

MATOS, E. A. C. de; MEDEIROS, R. M. V. **Evolução e distribuição da população na cidade de Mocuba.** Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 14, n.3. 2010. p.46-61.

MATOS, E. A. C. de; MEDEIROS, R. M. V. **A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo.** Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). V.11, n.15, jan-jun.2015, p.31-64. DOI: 10.5418/RA2015.1115.0002

MATOS, E. A. C. de. **Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia.** Revista Humanidades e Inovação. V.8. n.46, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5985>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MATOS, E. A. C. de. A importância do território para a família rural moçambicana. In: CATSOSSA, L. A.; MORETTI, E. C. (Orgs.). **Processos e dinâmicas no Moçambique contemporâneo.** Porto Alegre, RS: Totalbooks, 2023, p.62-84.

MELO, V. P. **Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro.** Revista Brasileira de Gestão Urbano (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n, 1, Curitiba, p.77-88, 2013.

MOSCA, J. **Economia de Moçambique: século XX.** Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.

MOSCA, J. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, J. (Coord.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em moçambique.** Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 51-98.

OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I. **A pobreza em Maputo**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação. 2002.

UAIENE, R. Caracterização do sector familiar em Moçambique. In: MOSCA, J. (Coord.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Editora Escolar, 2015, p. 23-49.